

## RENATO MARCÃO

Advogado. Membro do Ministério Público de São Paulo aposentado. Doutorando em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade de Coimbra. Mestre em Direito Penal, Político e Econômico.

Professor convidado no curso de pós-graduação em Ciências Criminais da Estácio/CERS; e em cursos de pós-graduação promovidos por diversas Escolas Superiores do Ministério Público e da Magistratura Nacional.

Membro da Association Internationale de Droit Pénal (AIDP), do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), do Instituto de Ciências Penais (ICP) e do Instituto Brasileiro de Execução Penal (IBEP).

*E-mail: rmarcao@terra.com.br*

# CURSO DE PROCESSO PENAL

7ª edição

Revista, ampliada e atualizada, de acordo com as  
Leis ns. 13.964/2019, 13.967/2019 e 13.984/2020

2021



Av. Paulista, 901, 3º andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

**SAC** | [sac.sets@somoseducacao.com.br](mailto:sac.sets@somoseducacao.com.br)

**Diretoria executiva** Flávia Alves Bravin  
**Diretoria editorial** Renata Pascual Müller  
**Gerência de projetos e produção editorial** Fernando Penteado

**Planejamento** Josiane de Araujo Rodrigues

**Novos projetos** Sérgio Lopes de Carvalho  
Dalila Costa de Oliveira

**Edição** Marisa Amaro dos Reis

**Produção editorial** Daniele Debora de Souza (coord.)  
Estela Janiski Zumbano  
Rosana Peroni Fazolari

**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)  
Camilla Felix Cianelli Chaves  
Claudirene de Moura Santos Silva  
Deborah Mattos  
Guilherme H. M. Salvador  
Tiago Dela Rosa

**Projetos e serviços editoriais** Daniela Maria Chaves Carvalho  
Kelli Priscila Pinto  
Laura Paraiso Buldrini Filogônio  
Marília Cordeiro  
Nicoly Wasconcelos Razuk

**Diagramação** Edson Colobone  
**Revisão** Carolina Massanhi  
**Capa** Tiago Dela Rosa  
**Produção gráfica** Marti Rampim  
Sergio Luiz Pereira Lopes  
**Impressão e acabamento** Bartira

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Marcão, Renato  
Curso de processo penal / Renato Marcão. – 7. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.  
1352 p.

Bibliografia  
ISBN 978-65-5559-447-8 (Impresso)

1. Processo penal – Brasil. I. Título.

CDD 341.14

20-0758

CDU 342.2(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito penal

**Data de fechamento da edição: 11-12-2020**

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL { 606899 } CAE

## SUMÁRIO

<i>Apresentação</i> .....	47
---------------------------	----

### CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO

1. Conceito de Direito .....	49
2. Origem e Missão do Direito Penal .....	50
3. Breve Desenvolvimento Histórico da Pena Criminal.....	51
4. Necessidade de Regras Procedimentais Democráticas.....	53
5. Direito de Punir .....	54
6. Jurisdição .....	55
7. Processo .....	56
8. Procedimento .....	57
9. Atos Processuais .....	57
10. Relação Jurídica Processual.....	58
11. Direito Processual Penal.....	59
12. Finalidades do Processo Penal.....	60
13. Princípios do Processo Penal .....	60
13.1. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	62
13.2. Princípio da legalidade .....	62
13.3. Princípio do devido processo legal .....	63
13.4. Princípio da oficialidade.....	64
13.5. Princípio do juiz natural .....	64
13.6. Princípio do promotor natural .....	66
13.7. Princípios da obrigatoriedade, indisponibilidade, oportunidade ou conveniência e disponibilidade .....	66
13.8. Princípio da publicidade.....	68
13.9. Princípio acusatório e princípio da iniciativa das partes.....	70
13.10. Princípio do impulso oficial .....	70

## I 2 CURSO DE PROCESSO PENAL

13.11. Princípios da indeclinabilidade da jurisdição e da correlação .....	71
13.12. Princípio da igualdade processual.....	71
13.13. Princípios do contraditório e da ampla defesa .....	72
13.14. Princípios da celeridade e economia processual .....	75
13.15. Princípios da duração razoável do processo e da prisão cautelar .....	76
13.16. Princípio da verdade real .....	77
13.17. Princípios da presunção de inocência e <i>favor rei</i> .....	78
13.18. Princípio da imparcialidade do juiz .....	81
13.19. Princípio da fundamentação das decisões judiciais .....	81
13.20. Princípio da persuasão racional ou do livre convencimento fundamentado ...	83
13.21. Princípio <i>ne bis in idem</i> .....	84
14. Sistemas de Processo Penal .....	84
14.1. Classificação .....	84
14.1.1. Sistema inquisitivo .....	85
14.1.2. Sistema acusatório .....	85
14.1.3. Sistema misto .....	86
14.2. Sistema adotado no Brasil .....	86

## CAPÍTULO 2

### JUIZ DAS GARANTIAS

1. Juiz das Garantias .....	89
1.1. Competência .....	91
1.1.1. Controle imediato de legalidade da prisão .....	91
1.1.2. Controle de legalidade da instauração, continuação e duração da investigação criminal .....	93
1.1.3. Decidir sobre decretação e prorrogação de medidas cautelares .....	94
1.1.4. Decidir sobre produção antecipada de provas .....	95
1.1.5. Decidir sobre meios de obtenção de provas .....	96
1.1.6. Julgar <i>habeas corpus</i> .....	97
1.1.7. Decidir sobre a instauração de incidente de insanidade mental .....	99
1.1.8. Decidir sobre o recebimento da denúncia ou queixa .....	100
1.1.9. Decidir sobre a homologação de acordo de não persecução penal .....	101
1.1.10. Decidir sobre outros temas .....	102
1.2. Cessaçãõ da competência .....	104
1.3. Remessa dos autos ao juiz da instrução e julgamento .....	105
1.4. Observações finais .....	107

## CAPÍTULO 3

### FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL E INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

1. Fontes do Direito Processual Penal .....	109
1.1. Conceito .....	109

1.2. Classificação.....	109
1.3. Fontes materiais .....	110
1.4. Fontes formais .....	110
1.5. Doutrina, jurisprudência e analogia .....	112
2. Interpretação da Lei Processual Penal.....	112
2.1. Espécies de interpretação.....	114
2.2. Interpretação autêntica.....	114
2.3. Interpretação doutrinária .....	115
2.4. Interpretação judicial.....	115
2.5. Interpretação gramatical ou literal.....	115
2.6. Interpretação lógica ou teleológica.....	116
2.7. Interpretação histórica.....	116
2.8. Interpretação sistemática .....	116
2.9. Interpretação declarativa, restritiva e extensiva.....	116
3. Analogia e Interpretação Analógica .....	117
4. Diferença entre Interpretação Extensiva e Analogia.....	118

## CAPÍTULO 4

### LEI PROCESSUAL PENAL NO ESPAÇO

1. Noções Introdutórias.....	119
2. Lei Processual Penal no Espaço.....	119
3. Atos de Cooperação Internacional .....	120
4. Leis de Organização Judiciária .....	121
5. Lugar da Infração Penal.....	121
6. Tratados, Convenções e Regras de Direito Internacional .....	121
7. Tensão entre Regras Dispostas em Tratados Internacionais e o Direito Interno.....	124
8. Regras sobre Proteção a Direitos Humanos .....	124
9. Crimes de Responsabilidade Praticados pelo Presidente da República, Ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal .....	125
10. Imunidades Parlamentares .....	125
10.1. Imunidades parlamentares durante o estado de sítio.....	129
11. Imunidade Diplomática/Consular.....	129
12. Processos de Competência da Justiça Militar.....	130
13. Processos da Competência de Tribunal Especial.....	131
14. Processos por Crimes de Imprensa.....	131
15. Aplicação Subsidiária do CPP.....	132

## CAPÍTULO 5

### LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO

1. <i>Vacatio Legis</i> e Vigência .....	133
2. Revogação.....	134

## I4 CURSO DE PROCESSO PENAL

3. Repristinação.....	134
4. Princípio <i>Tempus Regit Actum</i> e Princípio da Incidência Imediata.....	134
5. Norma de Natureza Mista.....	135

## CAPÍTULO 6

### INQUÉRITO POLICIAL

1. Persecução Penal.....	137
2. Polícia Judiciária.....	138
3. Inquérito Policial.....	140
3.1. Conceito, finalidade e natureza jurídica.....	140
3.2. Destinatários.....	142
3.3. Características do inquérito policial.....	142
3.3.1. Oficialidade.....	142
3.3.2. Autoridade.....	143
3.3.3. Oficiosidade.....	143
3.3.4. Obrigatoriedade.....	143
3.3.5. Materialização na forma escrita.....	144
3.3.6. Ausência de ampla defesa e contraditório pleno.....	144
3.3.6.1. Servidores investigados.....	147
3.3.7. Indisponibilidade.....	148
3.3.8. Sigiloso.....	149
3.3.8.1. Organização criminosa.....	153
3.3.9. Procedimento prescindível.....	153
3.3.10. Função asseguradora.....	154
4. Competência.....	155
5. Valor Probatório.....	157
6. Vícios ou Irregularidade no Inquérito Policial.....	158
7. Instauração do Inquérito.....	160
7.1. Justa causa para instauração de inquérito.....	162
7.2. <i>Notitia criminis</i> .....	164
7.3. <i>Delatio criminis</i> .....	165
7.3.1. Formas de delação.....	166
7.3.2. Delação anônima.....	166
7.4. Instauração visando à apuração de delito de ação penal pública incondicionada....	168
7.5. Instauração a requerimento do ofendido.....	169
7.6. Instauração para apuração de delito de ação penal pública condicionada.....	170
7.6.1. Delito de ação penal pública condicionada à representação.....	171
7.6.1.1. Representação do ofendido.....	171
7.6.1.2. Retratação da representação.....	172

7.6.2. Delito de ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça .....	172
7.6.2.1. Destinatário da requisição do Ministro da Justiça.....	172
7.6.2.2. Requisição ministerial <i>versus</i> requisição ministerial.....	173
7.6.3. O Ministério Público pode requisitar instauração de inquérito de ação penal pública condicionada? .....	173
77. Instauração visando à apuração de delito de ação penal privada.....	174
78. Instauração em razão de flagrante delito.....	174
79. Instauração de inquérito para apuração de infração penal de menor potencial ofensivo.....	175
8. Diligências .....	175
8.1. Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal.....	177
8.2. Preservação do local.....	177
8.3. Apreensão e coleta de vestígio.....	180
8.3.1. Busca e apreensão realizada em escritório de advocacia.....	181
8.4. Oitiva do ofendido.....	182
8.5. Identificação e oitiva do investigado.....	184
8.5.1. Oitiva de investigado menor de 21 anos.....	186
8.5.2. Oitiva do investigado no auto de prisão em flagrante.....	187
8.6. Reconhecimento de pessoas e coisas .....	187
8.6.1. Reconhecimento fotográfico.....	188
8.7. Acaresações.....	189
8.8. Exame de corpo de delito e outras perícias .....	189
8.9. Averiguação da vida progressa do investigado.....	190
9. Oitiva de Testemunhas .....	191
10. Depoimento Especial: Oitiva de Criança ou Adolescente, Vítima ou Testemunha de Violência.....	193
11. Reprodução Simulada dos Fatos.....	194
12. Interceptação Telefônica.....	197
12.1. Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos .....	200
12.2. Acesso a mensagens de <i>WhatsApp</i> .....	201
13. Leis Especiais .....	201
13.1. Lei Maria da Penha .....	201
13.1.1. Representação da ofendida.....	204
13.2. Lei de Drogas.....	205
13.3. Lei de Combate ao Crime Organizado .....	205
13.4. Crime contra a dignidade sexual de criança e adolescente .....	206
13.5. Lei n. 13.344/2016 (Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas).....	208
13.5.1. Sobre o art. 13-A do CPP.....	208

## 16 CURSO DE PROCESSO PENAL

13.5.2. Sobre o art. 13-B do CPP .....	210
14. Incomunicabilidade.....	212
15. Indiciamento.....	213
15.1. Lei n. 9.034/95 (Lei de Combate ao Crime Organizado).....	214
15.2. Lei n. 9.613/98 (Crimes de Lavagem de Dinheiro).....	215
15.3. Lei n. 12.037/2009 (Regula a Identificação Criminal) .....	215
15.4. Membros do Ministério Público, da Magistratura e da Defensoria Pública.....	217
15.5. Indiciamento tardio .....	217
16. Prazo para Conclusão do Inquérito.....	219
16.1. Prazos especiais.....	220
16.2. Contagem do prazo.....	220
16.3. Prorrogação do prazo .....	222
16.3.1. Investigado preso.....	222
16.3.2. Investigado solto.....	223
16.3.3. O Ministério Público e o pedido de prorrogação de prazo.....	224
16.3.4. O juiz frente ao pedido de prorrogação de prazo .....	224
17. Materialização e Encerramento do Inquérito .....	225
17.1. Conteúdo do relatório .....	226
18. Remessa do Inquérito Relatado ao Juiz Competente.....	227
19. Outras Formas de Investigação .....	228
19.1. Termo circunstanciado .....	228
19.2. CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito .....	229
19.3. Investigação conduzida pelo Ministério Público.....	232
19.3.1. Crítica.....	238
19.4. Investigação de delito praticado por parlamentar.....	239
19.5. Delito cometido nas dependências do Congresso Nacional.....	240
19.6. Investigação de delito praticado por membro do Ministério Público ou por magistrado.....	240
19.6.1. Investigação de delito praticado por membro do Ministério Público.....	240
19.6.2. Investigação de delito praticado por magistrado.....	241
19.7. Inquérito policial militar.....	241
20. Controle Externo da Atividade Policial.....	241

## CAPÍTULO 7

O MINISTÉRIO PÚBLICO E O OFENDIDO, FRENTE AO INQUÉRITO POLICIAL  
RELATADO

1. O Ministério Público e o Inquérito Policial Relatado .....	243
1.1. Prazo para manifestação do Ministério Público.....	243
1.2. Requisição de novas diligências .....	243
1.3. Pedido de extinção da punibilidade.....	245



1.4. Pedido de remessa dos autos a outro juízo .....	245
1.5. Pedido de abertura de vista dos autos a outro Promotor de Justiça.....	245
1.6. Promoção de arquivamento do inquérito.....	246
1.7. Acordo de não persecução penal .....	247
1.7.1. Homologação do acordo.....	249
1.7.2. Descumprimento do acordo.....	251
1.7.3. Registros oficiais.....	252
1.8. Oferecimento de denúncia.....	252
1.9. Delito de ação penal privada .....	253
2. O Ofendido e o Inquérito Policial Relatado .....	253
2.1. Delito de ação penal privada exclusiva.....	253
2.2. Delito de ação penal pública .....	254
3. Arquivamento do Inquérito.....	255
3.1. Arquivamento implícito.....	257
3.2. Arquivamento indireto.....	257
3.3. A instância de revisão ministerial frente à promoção de arquivamento .....	258
3.3.1. Arquivamento em grau de competência originária.....	259
4. Desarquivamento ou Reabertura de Inquérito.....	259
5. Ajuizamento de Ação Penal .....	261

## CAPÍTULO 8

### AÇÃO PENAL

1. Perspectiva Histórica da Pena Criminal e do Direito de Ação .....	263
2. Fundamento Constitucional do Direito de Ação .....	264
3. Conceito.....	264
4. Natureza e Características.....	265
5. Classificação das Ações Penais.....	265
6. Condições da Ação no Processo Penal.....	267
6.1. Condições genéricas da ação.....	268
6.1.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	268
6.1.2. Legitimação <i>ad causam</i> .....	269
6.1.3. Interesse de agir .....	270
6.2. Condições específicas ou de procedibilidade.....	272
6.3. Justa causa para a ação penal.....	273
7. Das Ações Penais .....	273
7.1. Da ação penal pública .....	275
7.1.1. Ação penal pública incondicionada .....	275
7.1.1.1. Titularidade.....	275
7.1.1.2. Princípios .....	276
7.1.1.2.1. Princípio da oficialidade.....	277

7.1.1.2.2. Princípio da oficiosidade.....	278
7.1.1.2.3. Princípio da obrigatoriedade .....	278
7.1.1.2.4. Princípio da indisponibilidade ou indesistibilidade ....	280
7.1.1.2.5. Princípio da indivisibilidade.....	281
7.1.1.2.6. Princípio da intrascendência .....	282
7.1.2. Ação penal pública condicionada.....	282
7.1.2.1. Ação penal pública condicionada à representação do ofendido ..	283
7.1.2.1.1. Quem pode formular representação .....	283
7.1.2.1.2. A representação: natureza jurídica e forma .....	284
7.1.2.1.3. Prazo e destinatários da representação.....	286
7.1.2.1.4. Retratação da representação .....	288
7.1.2.1.5. Retratação da retratação .....	288
7.1.2.1.6. Renúncia ao direito de representação.....	289
7.1.2.1.7. Eficácia objetiva e não vinculação .....	289
7.1.3. Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	289
7.1.3.1. Requisição do Ministro da Justiça.....	289
7.1.3.2. Prazo para a requisição e conteúdo.....	291
7.1.3.3. Retratação da requisição.....	291
7.1.3.4. Eficácia objetiva .....	292
7.1.3.5. Destinatários da requisição.....	292
7.1.3.6. Não vinculação do Ministério Público.....	293
7.1.4. Ação penal privada.....	294
7.1.4.1. Princípios que regem a ação penal privada .....	295
7.1.4.1.1. Princípio da oportunidade ou conveniência .....	295
7.1.4.1.2. Princípio da disponibilidade .....	295
7.1.4.1.3. Princípio da intrascendência .....	296
7.1.4.1.4. Princípio da indivisibilidade .....	296
7.1.4.2. Quem pode formular queixa-crime.....	297
7.1.4.3. Queixa-crime; querelante e querelado; conteúdo, prazo e destinatário.....	298
7.1.4.4. O Ministério Público e o art. 19 do CPP .....	300
7.1.4.5. Procurador com poderes especiais .....	300
7.1.4.6. Ação penal privada exclusiva e ação penal privada personalíssima.....	302
7.1.4.7. Ação penal privada subsidiária da pública.....	302
7.1.4.8. Renúncia ao exercício do direito de queixa .....	304
7.1.4.9. Perdão do ofendido.....	305
7.1.4.10. Perempção.....	308
7.1.4.11. Intervenção fiscalizadora do Ministério Público nas ações penais privadas .....	309

8. Causas de Extinção da Punibilidade .....	310
9. Custas Processuais, Taxa Judiciária e Sucumbência.....	311

**CAPÍTULO 9**  
**PETIÇÃO INICIAL DA AÇÃO PENAL:**  
**DENÚNCIA OU QUEIXA-CRIME**

1. Noções Preliminares e Conceito.....	313
2. Requisitos da Denúncia ou Queixa .....	313
2.1. Endereçamento .....	314
2.2. Exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias.....	314
2.2.1. Denúncia ou queixa no concurso de agentes.....	317
2.3. Qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo.....	321
2.4. Classificação do delito.....	321
2.5. Pedido de condenação.....	322
2.6. Rol de testemunhas .....	323
2.7. Deve ser escrita na língua oficial.....	324
2.8. Indicação do local e data de sua elaboração.....	324
2.9. Identificação do subscritor .....	324
2.10. Assinatura .....	324
2.11. Infração cuja pena máxima cominada seja superior a 6 (seis) anos de reclusão .....	325
3. Prazos .....	325
3.1. Prazo para o oferecimento da denúncia .....	325
3.2. Prazo para o oferecimento da queixa.....	326
3.3. Prazos para aditamento da denúncia ou queixa .....	327
4. Rejeição e Recebimento da Denúncia ou Queixa.....	328

**CAPÍTULO 10**  
**AÇÃO CIVIL *EX DELICTO***

1. Introdução.....	329
2. Execução Civil da Sentença Penal Condenatória.....	329
2.1. Revisão criminal e suas consequências.....	331
2.2. Sentença que concede perdão judicial.....	331
2.3. Sentença de absolvição imprópria.....	331
2.4. Sentença que reconhece prescrição .....	331
3. Ajuizamento das Ações Civil e Penal de Conhecimento.....	332
4. Causas de Exclusão da Antijuridicidade.....	334
5. Independência das Jurisdições Penal e Civil.....	335
6. Legitimidade Ativa.....	336
7. Legitimidade Passiva .....	338
8. Competência Jurisdicional e Prazo Prescricional.....	339

## CAPÍTULO 11

### JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1. Introdução.....	341
2. Jurisdição .....	342
2.1. Jurisdição penal e jurisdição extrapenal.....	343
2.2. Jurisdição especial e jurisdição comum ou ordinária .....	344
2.3. Jurisdição estadual e jurisdição federal.....	344
2.4. Jurisdição inferior e jurisdição superior.....	345
2.5. Jurisdição de primeiro grau e jurisdição de segundo grau.....	345
2.6. Jurisdição política ou extraordinária .....	345
2.7. Características e elementos da jurisdição.....	345
2.8. Princípios da jurisdição .....	346
2.8.1. Princípio da indeclinabilidade.....	347
2.8.2. Princípio da titularidade ou da inércia ( <i>ne procedat iudex ex officio</i> ) .....	347
2.8.3. Princípio da investidura.....	347
2.8.4. Princípio do juiz natural, ou juiz competente.....	347
2.8.5. Princípio da indelegabilidade ( <i>delegatus iudex non potest subdelegare</i> ) .....	348
2.8.6. Princípio da improrrogabilidade da jurisdição, ou princípio da aderência.....	348
2.8.7. Princípio da irrecusabilidade.....	349
2.8.8. Princípio da unidade .....	349
2.8.9. <i>Nulla poena sine iudicio</i> .....	349
2.8.10. Princípio da correlação.....	349
2.8.11. Princípio do duplo grau de jurisdição .....	350
3. Competência.....	350
3.1. Modalidades de competência.....	352
3.1.1. Competência interna e competência internacional.....	352
3.1.2. Competência absoluta e competência relativa .....	353
3.1.2.1. Prorrogação de competência .....	354
3.1.3. Competência funcional.....	355
3.1.4. Delegação de competência .....	356
3.2. Divisão constitucional de competências .....	358
3.2.1. Supremo Tribunal Federal.....	358
3.2.2. Superior Tribunal de Justiça.....	359
3.2.3. Tribunais Regionais Federais .....	360
3.2.4. Juízes Federais.....	361
3.2.5. Tribunais de Justiça Estaduais.....	362
3.2.5.1. Justiça Militar .....	362
3.3. Garantias dos juízes e vedações constitucionais.....	365
3.4. Regras de delimitação de competência no Código de Processo Penal.....	366

3.4.1. Competência pelo lugar da infração .....	366
3.4.1.1. Outras observações pertinentes .....	369
3.4.2. Competência pelo domicílio ou residência do réu .....	371
3.4.3. Competência em razão da natureza da infração .....	373
3.4.3.1. Desaforamento .....	375
3.4.3.2. Deslocamento de competência .....	375
3.4.3.3. Súmulas do STF e do STJ a respeito de competência em razão da natureza da infração .....	377
3.4.4. Competência por distribuição .....	381
3.4.5. Competência em razão de conexão ou continência .....	381
3.4.5.1. Conexão .....	382
3.4.5.1.1. Modalidades de conexão .....	383
3.4.5.2. Continência .....	386
3.4.5.3. Foro prevalente .....	388
3.4.5.3.1. Competência para avocar processo .....	392
3.4.5.4. Separação de processos .....	393
3.4.5.4.1. Separação obrigatória .....	393
3.4.5.4.2. Separação facultativa .....	394
3.4.5.5. Perpetuação da jurisdição ( <i>perpetuatio jurisdictionis</i> ) .....	396
3.4.6. Competência por prevenção .....	396
3.4.7. Competência originária ou por prerrogativa de função .....	399
3.4.7.1. Competência por prerrogativa de função na jurisdição política ..	404
3.4.7.2. Foro competente após o fim da investidura no cargo .....	405
3.4.7.3. Exceção da verdade oposta em relação a quem tem foro privilegiado ..	406
3.4.7.4. Competência por prerrogativa de função <i>versus</i> competência do Tribunal do Júri .....	408
4. Disposições Especiais .....	410

## CAPÍTULO 12

### QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

1. Introdução .....	413
2. Das Questões Prejudiciais .....	414
3. Dos Procedimentos Incidentes .....	417
3.1. Das exceções .....	417
3.1.1. Exceção de suspeição .....	419
3.1.1.1. Oportunidades, modalidades e legitimidade .....	421
3.1.1.2. Forma, juiz competente, processamento e ataque recursal .....	423
3.1.1.3. Exceção de suspeição contra membro do Ministério Público .....	426
3.1.1.4. Exceção de suspeição contra perito; intérpretes, serventuários ou funcionários da justiça .....	428

## 22 CURSO DE PROCESSO PENAL

3.1.1.5. Exceção de suspeição contra jurado.....	428
3.1.1.6. Exceção de suspeição contra delegado de polícia.....	429
3.1.1.7. Convalidação da nulidade que decorre da suspeição .....	430
3.1.2. Exceção de incompetência do juízo.....	430
3.1.2.1. Reconhecimento <i>ex officio</i> , legitimidade, arguição, processamento, decisão judicial e ataque recursal.....	430
3.1.2.2. Teoria do juízo aparente.....	433
3.1.3. Exceção de litispendência.....	434
3.1.3.1. Reconhecimento <i>ex officio</i> , legitimidade, arguição, processamento, decisão judicial e ataque recursal.....	436
3.1.3.2. Litispendência e incompetência de juízo .....	436
3.1.3.3. Litispendência e inquérito policial .....	437
3.1.4. Exceção de ilegitimidade de parte.....	437
3.1.4.1. Reconhecimento <i>ex officio</i> , legitimidade, arguição, processamento, decisão judicial e ataque recursal.....	438
3.1.5. Exceção de coisa julgada.....	439
3.1.5.1. Limites subjetivos e objetivos da coisa julgada.....	440
3.1.5.2. Reconhecimento <i>ex officio</i> , legitimidade, arguição, processamento, decisão judicial e ataque recursal.....	441
3.1.6. Regras gerais sobre as exceções .....	442
3.2. Das incompatibilidades e impedimentos.....	443
3.3. Conflito de competência .....	446
3.3.1. Modalidades de conflito .....	448
3.3.2. Pressupostos e objeto do conflito.....	449
3.3.3. Legitimidade para suscitar o conflito .....	449
3.3.4. Conflito em sede de execução penal .....	450
3.3.5. Arguição, processamento e decisão.....	450
3.3.6. Competência para julgar conflito .....	452
3.3.7. Recurso contra decisão proferida em conflito de competência.....	453
3.3.8. Avocatória .....	454
3.3.9. Conflito de atribuições.....	455
3.4. Da restituição das coisas apreendidas .....	457
3.4.1. Bens que não comportam restituição.....	459
3.4.1.1. Direito do lesado ou de terceiro de boa-fé .....	460
3.4.2. Restituição pela autoridade policial.....	460
3.4.3. Restituição judicial. Procedimento.....	461
3.4.4. Coisa adquirida com os proventos da infração .....	463
3.4.5. Destinação dos objetos apreendidos .....	463
3.4.6. Ataque recursal.....	465
3.5. Das medidas assecuratórias .....	465

3.5.1. Sequestro.....	465
3.5.1.1. Bens que podem ser sequestrados.....	466
3.5.1.2. Momento da decretação.....	467
3.5.1.3. Requisitos.....	467
3.5.1.4. Juiz competente e legitimação ativa .....	468
3.5.1.5. Procedimento.....	469
3.5.1.6. Ataque recursal .....	470
3.5.1.7. Cabimento de embargos e competência para julgamento.....	470
3.5.1.8. Levantamento do sequestro .....	472
3.5.2. Especialização de hipoteca legal.....	472
3.5.2.1. Requisitos.....	473
3.5.2.2. Bens sujeitos à hipoteca legal.....	473
3.5.2.3. Legitimação ativa. Quem pode requerer?.....	474
3.5.2.4. Momento em que pode ser requerida.....	474
3.5.2.5. Requerimento e procedimento .....	474
3.5.2.6. Ataque recursal .....	476
3.5.3. Arresto .....	476
3.5.3.1. Bens suscetíveis de penhora.....	477
3.5.3.2. Modalidades.....	477
3.5.3.3. Requisitos.....	478
3.5.3.4. Legitimidade ativa.....	478
3.5.3.5. Momento em que pode ser requerido.....	478
3.5.3.6. Requerimento e procedimento .....	479
3.5.3.7. Levantamento do arresto .....	480
3.5.3.8. Alienação antecipada .....	481
3.5.3.9. Ataque recursal .....	482
3.6. Do incidente de falsidade .....	482
3.7. Da insanidade mental do acusado.....	483
3.7.1. Cabimento, legitimidade ativa, instauração, processamento e ataque recursal .....	484
3.7.1.1. Perito ou peritos? .....	485
3.7.2. Conclusões possíveis e suas consequências.....	486
3.7.2.1. Duração da medida de segurança substitutiva.....	488

## CAPÍTULO 13

### PROVA

1. Introdução.....	491
2. Conceito, Destinatário e Finalidade .....	492
3. Objeto da Prova.....	493
3.1. Fato axiomático ou evidente .....	494

3.2. Verdade sabida ou fato notório.....	494
3.3. Fato incontroverso.....	495
3.4. Presunções.....	495
3.5. Prova do direito.....	495
4. Classificação da Prova.....	496
5. Ônus da Prova.....	498
5.1. Ônus da prova quanto ao elemento subjetivo do tipo.....	501
5.2. Produção de prova por iniciativa do juiz.....	502
5.3. Momento de se produzir prova: limites objetivos.....	505
6. Meios de Prova e Sujeito de Prova.....	506
7. Cadeia de Custódia e Atividade Probatória no Juízo de Instrução e Julgamento.....	507
7.1. Cadeia de custódia.....	507
7.2. Atividade probatória no juízo de instrução e julgamento.....	511
8. Sistemas de Valoração das Provas.....	512
8.1. Sistema adotado no CPP vigente.....	514
8.2. Os outros dois sistemas e o CPP.....	518
9. Princípios Reguladores.....	519
9.1. Princípio da liberdade de prova.....	519
9.2. Princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas.....	519
9.3. Princípio da autorresponsabilidade das partes.....	520
9.4. Princípio da audiência contraditória.....	520
9.5. Princípio da comunhão da prova.....	520
9.6. Princípio da concentração.....	520
9.7. Princípio da oralidade.....	520
9.8. Princípio da publicidade.....	520
9.9. Princípio do livre convencimento fundamentado.....	521
9.10. Princípio da imediatidade.....	521
9.11. Princípio da verdade real.....	521
9.12. Princípio da identidade física do juiz.....	522
10. Das Provas em Espécie.....	522
10.1. Do Exame de Corpo de Delito e Perícias em Geral.....	523
10.1.1. Perícia: conceito e natureza jurídica.....	523
10.1.2. Da prova pericial: procedimento.....	524
10.1.2.1. Sistemas de avaliação da prova pericial.....	526
10.1.2.2. Quem pode determinar o exame pericial?.....	527
10.1.2.3. Indeferimento do pedido de exame pericial.....	527
10.1.2.4. Perícia feita por carta precatória.....	528
10.1.2.5. Necessidade de contraditório judicial.....	528
10.1.3. Do exame de corpo de delito.....	529
10.1.3.1. Exame de corpo de delito direto e indireto.....	530



10.1.4. Das perícias em geral.....	532
10.1.4.1. Autópsia ou necropsia .....	532
10.1.4.2. Exumação e exame cadavérico.....	534
10.1.4.3. Lesões corporais.....	535
10.1.4.4. Local onde houver sido praticada a infração penal.....	536
10.1.4.5. Perícias de laboratório.....	537
10.1.4.6. Destruição ou rompimento de obstáculo e escalada.....	537
10.1.4.7. Avaliação de coisas destruídas, deterioradas ou que constituam produto do crime.....	538
10.1.4.8. Incêndio.....	539
10.1.4.9. Exame grafotécnico.....	540
10.1.4.10. Instrumentos empregados para a prática do delito.....	541
10.1.4.10.1. Apreensão e perícia da arma empregada em crime de roubo.....	543
10.1.5. Prova pericial nos crimes sexuais.....	543
10.1.6. Exames de alcoolemia e teste do “bafômetro”.....	544
10.1.7. Do interrogatório do acusado.....	546
10.1.7.1. Conceito.....	546
10.1.7.2. Natureza jurídica.....	547
10.1.7.3. Obrigatoriedade e ausência de interrogatório.....	548
10.1.7.4. Momento do interrogatório.....	548
10.1.7.5. Local do interrogatório.....	550
10.1.7.6. Características.....	550
10.1.7.7. Divisão temática do interrogatório.....	551
10.1.7.8. Direito de permanecer calado.....	552
10.1.7.9. Conteúdo do interrogatório de mérito.....	553
10.1.7.9.1. Interrogatório negativo.....	554
10.1.7.10. Intervenção das partes no interrogatório.....	554
10.1.7.10.1. Participação defensiva no interrogatório de corréu..	556
10.1.7.11. Formalização do interrogatório.....	557
10.1.7.12. Pluralidade de acusados. Interrogatório em separado.....	558
10.1.7.13. Interrogatório do réu preso.....	558
10.1.7.13.1. Interrogatório por videoconferência.....	560
10.1.7.14. Interrogatório do mudo, do surdo e do surdo-mudo.....	561
10.1.7.15. Interrogatório de quem não fala a língua nacional.....	562
10.1.7.16. Interrogatório da pessoa jurídica.....	562
10.1.7.17. Presença de curador especial no interrogatório.....	564
10.1.7.17.1. Curador ao réu menor.....	564
10.1.7.17.2. Índios e doentes mentais.....	565
10.1.7.18. Renovação de interrogatórios.....	565
10.1.7.19. Condução coercitiva para interrogatório.....	566

10.1.8. Da confissão.....	567
10.1.8.1. Conceito.....	569
10.1.8.2. Natureza jurídica.....	569
10.1.8.3. Requisitos de validade.....	569
10.1.8.4. Modalidades de confissão.....	570
10.1.8.4.1. Confissão tácita ou ficta.....	571
10.1.8.5. Características.....	571
10.1.8.5.1. Divisibilidade.....	571
10.1.8.5.2. Retratabilidade.....	572
10.1.8.6. Momento da confissão.....	573
10.1.8.6.1. Confissão extrajudicial.....	573
10.1.8.7. Confissão e chamada de corréu.....	574
10.1.8.8. Delação e colaboração premiadas.....	576
10.1.8.9. Atenuante genérica e crime de autoacusação falsa.....	580
10.1.8.10. Valor probatório da confissão.....	581
10.1.9. Do ofendido.....	581
10.1.9.1. Conceito.....	581
10.1.9.2. Natureza jurídica.....	582
10.1.9.3. Inquirição.....	582
10.1.9.3.1. Reperguntas ao ofendido.....	583
10.1.9.3.2. Possibilidade de condução coercitiva.....	583
10.1.9.4. O ofendido não comete crime de desobediência.....	584
10.1.9.5. O ofendido como elemento de prova.....	584
10.1.9.6. O ofendido como fonte de prova.....	584
10.1.9.7. Dispensa do compromisso de dizer a verdade.....	585
10.1.9.8. O ofendido não comete crime de falso testemunho.....	585
10.1.9.9. Comunicação ao ofendido dos atos processuais.....	585
10.1.9.10. Atendimento multidisciplinar ao ofendido.....	586
10.1.9.11. Preservação da intimidade do ofendido.....	586
10.1.9.12. Valor probatório das declarações do ofendido.....	587
10.1.10. Das testemunhas.....	589
10.1.10.1. Conceito.....	589
10.1.10.2. Natureza jurídica.....	590
10.1.10.3. Quem pode ser testemunha.....	590
10.1.10.4. Características da prova testemunhal.....	590
10.1.10.5. Classificação.....	591
10.1.10.6. Dever de testemunhar.....	593
10.1.10.6.1. Exceções ao dever de testemunhar.....	594
10.1.10.6.2. Exceção às exceções do dever de testemunhar.....	594
10.1.10.7. Proibição de testemunhar.....	595

10.1.10.71. Exceção à proibição de testemunhar .....	595
10.1.10.8. Momento para arrolar testemunhas .....	596
10.1.10.9. Número de testemunhas que se pode arrolar .....	596
10.1.10.10. Chamamento para testemunhar e dever de comparecimento .	598
10.1.10.10.1. Ocupantes de cargos públicos de alto escalão .....	598
10.1.10.10.2. Militares e funcionários públicos .....	599
10.1.10.10.3. Ausência injustificada da testemunha .....	599
10.1.10.11. Acomodações prévias e colheita de depoimentos em separado	600
10.1.10.12. Do compromisso .....	601
10.1.10.13. Da inquirição em juízo .....	601
10.1.10.13.1. Testemunha surda, muda e surda-muda .....	603
10.1.10.13.2. Testemunha que não conhece a língua nacional....	603
10.1.10.13.3. Depoimento especial: oitiva de criança ou adolescente, vítima ou testemunha de violência ....	604
10.1.10.13.4. Recusa da testemunha em fornecer dados de sua qualificação ou fornecimento de dados falsos.....	604
10.1.10.13.5. Recusa em depor .....	604
10.1.10.14. Da contradita e da arguição de defeito .....	604
10.1.10.15. Perguntas diretamente pelas partes.....	606
10.1.10.16. Impressões pessoais da testemunha .....	611
10.1.10.17. Redação e formalização do depoimento .....	611
10.1.10.18. Inquirição de testemunha sem a presença do acusado .....	612
10.1.10.18.1. Hipóteses do art. 217 do CPP.....	612
10.1.10.18.2. Ausência de requisição do acusado preso.....	613
10.1.10.19. Local da inquirição .....	614
10.1.10.20. Carta precatória, carta rogatória e carta de ordem.....	615
10.1.10.21. Audiência em local especialmente designado.....	617
10.1.10.22. Produção antecipada da prova testemunhal .....	617
10.1.10.23. Corréu como testemunha .....	618
10.1.10.24. Depoimento infantil .....	618
10.1.10.25. Depoimento de policial .....	619
10.1.10.26. Valor probatório da prova testemunhal .....	621
10.1.10.27. Falso testemunho .....	622
10.1.10.28. Lei de proteção à testemunha .....	622
10.1.11. Do reconhecimento de pessoas e coisas.....	623
10.1.11.1. Conceito e modalidades .....	623
10.1.11.2. Natureza jurídica .....	624
10.1.11.3. Formalidades.....	624
10.1.11.3.1. Reconhecimento por videoconferência .....	624

10.1.11.4. Reconhecimento de pessoa.....	624
10.1.11.4.1. Reconhecimento em juízo.....	626
10.1.11.5. Reconhecimento fotográfico .....	628
10.1.11.6. Reconhecimento de objeto.....	629
10.1.11.7. Reconhecimento de voz.....	629
10.1.11.8. Várias pessoas chamadas a fazer reconhecimento.....	630
10.1.11.9. Valor probatório do reconhecimento.....	630
10.1.12. Da acareação.....	632
10.1.12.1. Conceito e finalidade.....	632
10.1.12.2. Natureza jurídica.....	632
10.1.12.3. Momento de sua realização .....	632
10.1.12.4. Admissibilidade, pressuposto e objeto.....	633
10.1.12.5. Procedimento.....	633
10.1.12.6. Valor probatório.....	634
10.1.13. Dos documentos .....	634
10.1.13.1. Conceito.....	634
10.1.13.2. Natureza jurídica e objeto.....	636
10.1.13.3. Momento de se produzir prova documental.....	636
10.1.13.4. Classificação.....	637
10.1.13.5. Ônus da prova documental.....	639
10.1.13.6. Produção de prova documental por iniciativa do juiz.....	639
10.1.13.7. Fotografia de documento.....	640
10.1.13.8. Documento inteiro.....	640
10.1.13.9. Cartas particulares .....	641
10.1.13.10. Documento em língua estrangeira.....	641
10.1.13.11. As públicas formas e sua conferência judicial.....	642
10.1.13.12. Incidente de falsidade documental.....	642
10.1.13.13. Desentranhamento e devolução de documento.....	643
10.1.13.14. Valor do documento como prova.....	644
10.1.14. Prova emprestada .....	644
10.1.14.1. Conceito.....	644
10.1.14.2. Natureza jurídica .....	644
10.1.14.3. Valor probatório .....	645
10.1.15. Dos indícios.....	648
10.1.15.1. Conceito.....	648
10.1.15.2. Natureza jurídica.....	649
10.1.15.3. Classificação dos indícios.....	649
10.1.15.4. Presunção.....	650
10.1.15.5. Indício <i>versus</i> presunção.....	652
10.1.15.6. Contraindícios.....	652

10.1.15.7. Valor probatório dos indícios .....	653
10.1.16. Da busca e apreensão .....	655
10.1.16.1. Distinção.....	655
10.1.16.2. Conceito.....	656
10.1.16.3. Natureza jurídica .....	656
10.1.16.4. Momentos para realização .....	657
10.1.16.5. Iniciativa.....	658
10.1.16.6. Mandado de busca: (des)necessidade.....	658
10.1.16.7. Finalidades, modalidades, cabimento, condição e taxatividade ..	659
10.1.16.8. Busca domiciliar .....	661
10.1.16.8.1. Busca em repartições públicas .....	663
10.1.16.8.2. Documento em poder do defensor .....	663
10.1.16.8.3. Cautelas e procedimento .....	664
10.1.16.8.4. Regras especiais .....	664
10.1.16.9. Busca pessoal.....	665
10.1.16.9.1. Busca em mulher .....	665
10.1.16.9.2. Desnecessidade de mandado .....	666
10.1.16.10. Diligência de apreensão em território de jurisdição alheia .....	667
11. Produção Antecipada de Prova .....	668
12. Atividade Probatória na Execução Penal .....	669
13. Prova Ilícita .....	671
13.1. Prova ilícita por derivação .....	673
13.2. Serendipidade. Encontro causal ou fortuito de prova .....	675
13.3. Teoria da proporcionalidade .....	676
13.4. Prova ilícita em favor do acusado.....	676
14. Captação Ambiental de Sinais Eletromagnéticos, Ópticos ou Acústicos.....	677
14.1. Captação ambiental clandestina realizada por um dos interlocutores .....	678
15. Interceptação Telefônica.....	679
15.1. Acesso a mensagens de <i>WhatsApp</i> .....	681
16. Violação de Correspondência .....	682
17. Psicografia e Prova Penal.....	682

## CAPÍTULO 14

### SUJEITOS PROCESSUAIS

1. Introdução.....	685
2. Do Juiz .....	687
2.1. Garantias da magistratura .....	688
2.2. Vedações .....	689
2.3. O juiz e o processo de natureza criminal.....	689
2.4. Impedimento e suspeição.....	690

3. Do Ministério Público .....	691
3.1. Garantias e vedações .....	692
3.2. O Promotor de Justiça e o processo de natureza criminal.....	693
3.3. Impedimento e suspeição .....	695
3.4. Princípio do promotor natural .....	695
4. Do Acusado .....	696
4.1. Direito de defesa.....	697
4.2. Condução coercitiva do acusado para colaborar com a produção de prova.....	700
4.3. Outros direitos assegurados .....	702
5. Do Defensor.....	703
5.1. Constituição de defensor.....	710
5.2. Impedimento .....	710
6. Do Curador Especial .....	710
7. Do Assistente.....	711
7.1. Tipo de processo em que se admite a figura do assistente.....	713
7.2. Quem pode figurar como assistente.....	714
7.2.1. Regras dispostas no CPP.....	714
7.2.2. Pessoa jurídica de direito público ou privado como assistente .....	715
7.3. Ingresso do assistente no processo .....	717
7.4. Recebimento do processo no estado em que se encontrar .....	718
7.5. Abandono da causa pelo assistente .....	719
7.6. Corréu como assistente.....	719
7.7. Faculdades processuais.....	721
8. Dos Funcionários da Justiça.....	724
9. Dos Peritos e Intérpretes.....	724
9.1. Disciplina legal .....	724
9.2. Impedimento e suspeição .....	725

**CAPÍTULO 15**  
**PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES**  
**E LIBERDADE PROVISÓRIA**

1. Regras Gerais.....	727
1.1. Critérios para decretação.....	727
1.2. Contraditório prévio e contraditório diferido.....	728
1.3. Substituição, cumulação ou revogação da medida aplicada .....	730
1.3.1. Decretação de prisão preventiva.....	732
1.4. Modalidades .....	732
1.4.1. Sobre a prisão em razão de condenação proferida ou mantida em Segundo Grau de Jurisdição, sem trânsito em julgado .....	733
1.5. Formalidades e concretização da prisão.....	737

1.6. Prisão a ser executada fora da jurisdição do juiz processante .....	737
1.7. Cadastro de mandados de prisão em banco de dados no Conselho Nacional de Justiça .....	738
1.8. Fuga e prisão .....	739
1.9. Separação de presos provisórios .....	739
1.10. Prisão especial .....	740
1.11. Uso de algemas .....	741
2. Da Prisão em Flagrante .....	743
2.1. Natureza jurídica .....	744
2.2. Sujeitos do flagrante .....	745
2.2.1. Sujeito ativo .....	745
2.2.1.1. Flagrante facultativo .....	746
2.2.1.2. Flagrante obrigatório ou compulsório .....	746
2.2.2. Sujeito passivo .....	747
2.3. Excepcionalidade da prisão em flagrante .....	748
2.4. Prisão em flagrante no interior de residência .....	749
2.5. Infrações que admitem prisão em flagrante .....	749
2.6. Autoridade competente .....	750
2.7. Classificações .....	751
2.7.1. Flagrante em sentido próprio .....	752
2.7.2. Flagrante impróprio .....	753
2.7.3. Flagrante presumido .....	755
2.7.4. Flagrante preparado ou provocado .....	756
2.7.5. Flagrante forjado .....	758
2.7.6. Flagrante esperado .....	758
2.7.7. Flagrante prorrogado, protelado, diferido, retardado ou postergado .....	759
2.8. Flagrante em situações particulares .....	760
2.8.1. Flagrante em crime permanente .....	760
2.8.2. Flagrante em crime habitual .....	762
2.8.3. Flagrante em crime continuado .....	764
2.8.4. Flagrante em crime de ação penal pública condicionada .....	764
2.8.5. Flagrante em crime de ação penal privada .....	766
2.8.6. Flagrante nas infrações penais de competência dos Juizados Especiais Criminais .....	767
2.8.7. Flagrante estando o preso hospitalizado e/ou inconsciente .....	768
2.8.8. Apresentação espontânea do autor da infração penal .....	768
2.9. Formalização da prisão em flagrante .....	769
2.9.1. Lavratura do auto de prisão em flagrante .....	771
2.9.1.1. Prazo para a lavratura do auto de prisão em flagrante .....	772
2.9.2. Autoridade competente para a lavratura do auto de prisão em flagrante ...	772

2.9.3. Condutor .....	773
2.9.4. Testemunhas e vítima .....	774
2.9.5. Interrogatório.....	775
2.9.6. Escrivão .....	777
2.9.7. Infração penal praticada na presença da autoridade, ou contra esta, no exercício de suas funções .....	777
2.9.8. Nota de culpa .....	778
2.10. Recolhimento ao cárcere .....	778
2.10.1. Hipóteses em que o autuado “se livra solto” .....	778
2.10.2. Liberdade provisória mediante fiança .....	779
2.11. Comunicação da prisão: controle imediato .....	779
2.11.1. Controle jurisdicional .....	779
2.11.2. Controle ministerial .....	782
2.12. Audiência de apresentação/custódia .....	783
2.12.1. Prazo máximo de duração da prisão por força de flagrante .....	790
2.13. Relaxamento da prisão em flagrante .....	791
3. Da Prisão Preventiva .....	793
3.1. Conceito .....	794
3.2. Natureza jurídica .....	794
3.3. Constitucionalidade .....	795
3.4. Momento da decretação .....	796
3.5. Modalidades .....	797
3.5.1. Prisão preventiva obrigatória, automática ou compulsória .....	798
3.6. Quem pode decretar prisão preventiva .....	799
3.6.1. Decretação <i>ex officio</i> .....	799
3.7. Quem pode postular a decretação .....	801
3.7.1. Requerimento do Ministério Público .....	801
3.7.2. Requerimento do querelante .....	801
3.7.3. Requerimento do assistente.....	802
3.7.4. Representação da autoridade policial .....	803
3.8. Requisitos para a decretação .....	804
3.8.1. Pressupostos .....	805
3.8.1.1. Prova da existência do crime .....	805
3.8.1.2. Indícios suficientes da autoria.....	805
3.8.1.3. <i>Periculum libertatis</i> .....	806
3.8.2. Hipóteses de cabimento .....	806
3.8.2.1. Art. 313, I, do CPP: crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos.....	807
3.8.2.2. Art. 313, II, do CPP: reincidência dolosa.....	808
3.8.2.3. Art. 313, III, do CPP: crime de covardia .....	809



3.8.2.4. Art. 313, § 1º, do CPP: dúvida sobre a identidade do agente .....	810
3.8.2.5. Descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.....	812
3.9. Circunstâncias autorizadoras.....	814
3.9.1. Garantia da ordem pública.....	815
3.9.2. Garantia da ordem econômica.....	817
3.9.3. Conveniência da instrução criminal.....	817
3.9.4. Assegurar a aplicação da lei penal .....	818
3.10. Decretação da prisão preventiva.....	819
3.10.1. Contraditório na decretação.....	819
3.11. Condição especial impeditiva da prisão preventiva .....	820
3.12. Conversão da prisão em flagrante em preventiva.....	820
3.13. Relaxamento da prisão em flagrante e imediata decretação da prisão preventiva.....	822
3.14. Decretação da prisão preventiva na sentença de condenação ou decisão de pronúncia .....	823
3.15. Decretação por força da revelia. A questão do art. 366 do CPP .....	824
3.16. Art. 23, <i>caput</i> , I, II e III, do CP.....	824
3.17. Necessidade de decisão fundamentada .....	824
3.18. Prazo de duração da prisão preventiva.....	827
3.19. Revogação e nova decretação.....	829
3.20. Relaxamento da prisão preventiva.....	829
3.21. Revisão da prisão preventiva anteriormente decretada.....	830
3.22. Reação defensiva à decretação da prisão preventiva.....	832
3.23. Substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar.....	832
4. Prisão Cautelar Domiciliar, Substitutiva da Prisão Preventiva .....	832
4.1. Conceito .....	833
4.2. Natureza jurídica.....	833
4.3. Pressuposto e hipóteses de cabimento.....	833
4.3.1. Pessoa maior de 80 anos .....	836
4.3.2. Pessoa extremamente debilitada por motivo de doença grave.....	837
4.3.3. Pessoa imprescindível aos cuidados especiais de menor de 6 anos de idade ou de pessoa com deficiência.....	838
4.3.3.1. Pessoa menor de 6 anos de idade .....	838
4.3.3.2. Pessoa portadora de deficiência .....	839
4.3.4. Gestante.....	839
4.3.5. Mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.....	841
4.3.6. Homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos .....	842
4.4. Necessidade de prova idônea.....	842

4.5. Quem pode requerer .....	842
4.6. Substituição <i>ex officio</i> .....	843
4.7. Momento em que pode ser concedida.....	843
4.8. Condições de permanência .....	844
4.9. Domicílio ou residência?.....	844
4.10. Pluralidade de residências.....	844
4.11. Momento de se conceder autorização de saída da residência.....	845
4.12. Descumprimento de condição do benefício .....	845
4.12.1. Descumprimento justificável .....	845
4.12.2. Revogação definitiva.....	846
4.13. Detração.....	846
4.14. Preso que não tem defensor .....	846
4.15. Possibilidade de <i>habeas corpus</i> .....	847
5. Da Prisão Temporária .....	847
5.1. Conceito .....	848
5.2. Natureza jurídica.....	848
5.3. Cabimento.....	848
5.3.1. Imprescindibilidade para as investigações .....	848
5.3.2. Quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.....	850
5.3.3. Quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos crimes arrolados no inciso III.....	851
5.3.4. Entendendo a aplicação das hipóteses de cabimento.....	852
5.4. Quem pode postular a decretação.....	853
5.5. Quem pode decretar.....	853
5.6. Decisão que aprecia pedido de prisão temporária.....	853
5.7. Procedimento.....	854
5.8. Prazo da prisão.....	856
5.8.1. Generalidade dos casos.....	856
5.8.2. Crimes hediondos e assemelhados.....	856
5.8.3. Término da prisão temporária.....	857
5.8.4. Excesso de prazo na prisão temporária .....	858
6. Liberdade Provisória mediante Fiança.....	858
6.1. Liberdade provisória como gênero.....	859
6.2. Conceito.....	860
6.3. Natureza jurídica .....	860
6.4. Finalidade.....	861
6.5. Cabimento.....	861
6.5.1. Inafiançabilidade por determinação constitucional.....	861

6.5.2. Inafiançabilidade conforme as regras do CPP .....	862
6.6. Quem pode postular .....	863
6.7. Quem pode arbitrar .....	864
6.7.1. A autoridade policial .....	864
6.7.2. O juiz .....	865
6.7.3. Fiança junto aos tribunais .....	866
6.8. Momento da concessão .....	867
6.9. Quem pode prestar fiança .....	867
6.10. Destinação da fiança .....	868
6.11. Obrigações do afiançado .....	868
6.12. Valor da fiança .....	868
6.13. Extinção da fiança .....	869
6.13.1. Fiança quebrada .....	869
6.13.1.1. Consequências do quebraamento .....	871
6.13.2. Fiança perdida .....	872
6.13.3. Fiança cassada .....	872
6.13.4. Fiança sem efeito .....	873
6.14. Sentença no processo de conhecimento .....	873
6.14.1. Absolvição .....	873
6.14.2. Condenação .....	874
6.15. Fiança dispensada .....	874
6.16. Fiança reduzida e fiança aumentada .....	874
6.17. Fiança restaurada ou restabelecida .....	874
6.18. O Ministério Público e a fiança .....	874
6.19. Extinção da fiança libertadora e impossibilidade de retorno à prisão .....	875
6.19.1. Implicações da extinção .....	876
6.20. Reação defensiva .....	876
7. Liberdade Provisória sem Fiança .....	877
7.1. Liberdade provisória sem fiança como garantia constitucional .....	877
7.2. Conceito .....	878
7.3. Natureza jurídica .....	879
7.4. Quem pode postular .....	879
7.5. Quem pode conceder .....	879
7.6. Momento da concessão .....	880
7.7. Regulamentação do CPP .....	880
7.7.1. Art. 310 do CPP .....	880
7.7.1.1. Sobre o § 1º do art. 310 do CPP .....	882
7.7.1.2. Sobre o § 2º do art. 310 do CPP .....	883
7.7.2. Art. 321 do CPP .....	884
7.7.3. Art. 350 do CPP .....	885

78. A questão da vinculação da liberdade provisória sem fiança.....	886
7.8.1. A vinculação da liberdade provisória conforme o CPP.....	886
79. Decisão judicial sobre liberdade provisória sem fiança .....	888
7.9.1. A decisão que nega e seus fundamentos .....	888
7.9.2. A decisão que concede e seus fundamentos .....	891
710. Crimes hediondos e assemelhados .....	891
711. Tráfico de drogas.....	892
7.11.1. O art. 44 da Lei de Drogas.....	892
7.11.2. A vedação a fiança não exclui a possibilidade de liberdade provisória sem fiança .....	892
7.11.3. Declaração de inconstitucionalidade da vedação.....	893
712. Crimes contra a economia popular e de sonegação fiscal.....	894
713. Revogação da liberdade provisória sem fiança.....	894
8. Medidas Cautelares Restritivas Diversas da Prisão .....	895
8.1. Previsão legal.....	896
8.2. Conceito.....	896
8.3. Natureza jurídica.....	896
8.4. Pressuposto.....	897
8.5. Cabimento.....	897
8.6. Quem pode decretar.....	898
8.7. Decretação <i>ex officio</i> .....	898
8.8. Quem pode postular a decretação.....	898
8.9. Momento da decretação .....	900
8.10. Decretação.....	900
8.11. Substituição, revogação e nova decretação.....	901
8.11.1. Ampla defesa e contraditório na revogação.....	901
8.11.2. Revogação de medida cautelar e decretação de prisão preventiva.....	902
8.12. Modalidades de medidas cautelares diversas da prisão.....	902
8.12.1. Comparecimento periódico em juízo.....	902
8.12.2. Proibição de frequentar determinados lugares .....	903
8.12.3. Proibição de contato com pessoa determinada .....	903
8.12.4. Proibição de ausentar-se da comarca .....	904
8.12.5. Recolhimento domiciliar .....	905
8.12.6. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira .....	906
8.12.7. Internação provisória.....	908
8.12.8. Fiança.....	909
8.12.9. Monitoramento eletrônico.....	910
8.12.10. Proibição de ausentar-se do país .....	911
8.13. Fiscalização das medidas.....	912

8.14. Recurso contra a decisão que não acolhe pedido de decretação de medida cautelar .....	913
8.15. Reação defensiva contra a decretação .....	913
8.16. Prazo de duração e extinção da medida cautelar .....	913
8.17. Detração .....	914

## CAPÍTULO 16 FATOS E ATOS PROCESSUAIS

1. Conceito .....	915
2. Tipos de Atos Processuais .....	916
3. Atos Praticados pelas Partes .....	916
4. Atos Jurisdicionais .....	917
5. Atos Praticados por Auxiliares da Justiça .....	919
5.1. Termos .....	919
6. Atos Praticados por Terceiros .....	920

## CAPÍTULO 17 CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

1. Introdução .....	921
2. Citação .....	921
2.1. Modalidades de citação .....	923
2.1.1. Citação pessoal .....	924
2.1.1.1. Citação por mandado .....	924
2.1.1.2. Citação por carta precatória .....	925
2.1.1.2.1. Carta precatória itinerante .....	927
2.1.1.3. Citação por carta rogatória .....	928
2.1.1.4. Citação por carta de ordem .....	928
2.1.1.5. Citação por requisição .....	929
2.1.1.6. Citação do funcionário público .....	930
2.1.1.7. Citação do réu preso .....	931
2.1.1.8. Citação do incapaz .....	931
2.1.2. Citação por edital .....	932
2.1.2.1. Outras hipóteses em que cabível a citação por edital .....	934
2.1.2.2. Requisitos formais do edital de citação .....	935
2.1.2.3. Publicação do edital .....	937
2.1.3. Citação por hora certa .....	938
2.1.4. Efeitos da citação válida .....	940
2.1.5. Revelia .....	941
2.1.5.1. O art. 366 do CPP e seus desdobramentos .....	942
2.1.5.1.1. Suspensão do processo em razão da revelia .....	942
2.1.5.1.1.1. Requisitos para a suspensão do processo..	943
2.1.5.1.1.2. Recurso adequado contra a decisão que suspende, ou não, o curso do processo .....	943

2.1.5.1.2. Suspensão do prazo prescricional .....	944
2.1.5.1.3. Produção antecipada de provas .....	945
2.1.5.1.4. Decretação da prisão preventiva.....	947
2.1.5.2. Revelia nos termos do art. 367 do CPP .....	947
3. Intimação .....	949
3.1. Conceito .....	950
3.2. Procedimento.....	951
3.3. Intimação e requisição de réu preso para audiência .....	953
3.4. Intimação por meio eletrônico .....	954

## CAPÍTULO 18

### SENTENÇA E COISA JULGADA

1. Sentença.....	955
1.1. Requisitos intrínsecos da sentença .....	957
1.1.1. Sentença oral.....	961
1.2. Princípio da correlação.....	962
1.3. <i>Emendatio libelli</i> .....	963
1.4. <i>Mutatio libelli</i> .....	967
1.4.1. Desclassificação de crime doloso para culposo .....	970
1.5. Sobre o art. 385 do CPP .....	971
1.6. Sentença absolutória .....	973
1.7. Sentença condenatória .....	977
1.8. Sentença datilografada.....	982
1.9. Publicação da sentença .....	983
1.10. Intimação da sentença .....	983
1.11. Embargos de declaração.....	985
1.12. Prisão resultante de sentença condenatória recorrível .....	985
2. Coisa Julgada .....	988
2.1. Conceito .....	988
2.2. Elementos.....	989
2.3. Fundamento.....	989
2.4. Limites subjetivos e objetivos da coisa julgada .....	989
2.5. Coisa julgada material, coisa julgada formal e preclusão.....	990
2.6. Coisa julgada e coisa soberanamente julgada .....	991
2.7. Exceção de coisa julgada .....	991

## CAPÍTULO 19

### PROCEDIMENTOS

1. Introdução.....	993
2. Processo e Procedimento.....	993

3. Princípios Incidentes.....	994
4. Procedimento Comum e Procedimento Especial .....	997
4.1. Procedimento comum .....	999
4.1.1. Procedimento ordinário.....	999
4.1.1.1. Rejeição da denúncia ou queixa .....	999
4.1.1.1.1. Inépcia manifesta.....	1000
4.1.1.1.2. Falta de condição da ação ou de pressuposto processual.....	1001
4.1.1.1.2.1. Pressupostos e exceções processuais.....	1003
4.1.1.1.3. Justa causa .....	1004
4.1.1.1.4. Recurso contra a decisão de rejeição.....	1006
4.1.1.2. Suspensão condicional do processo.....	1007
4.1.1.3. Recebimento da denúncia ou queixa.....	1010
4.1.1.3.1. Desclassificação da conduta por ocasião do despacho de recebimento.....	1013
4.1.1.4. Citação e resposta escrita .....	1014
4.1.1.5. Absolvição sumária.....	1016
4.1.1.6. Audiência de instrução e julgamento.....	1020
4.1.2. Procedimento sumário .....	1025
4.1.3. Procedimento sumaríssimo: Juizados Especiais Criminais .....	1027
4.2. Procedimentos especiais.....	1034
4.2.1. Procedimento previsto para os crimes de responsabilidade praticados por funcionário público .....	1034
4.2.2. Procedimento previsto para os crimes contra a honra .....	1040
4.2.2.1. Exceção da verdade .....	1044
4.2.2.1.1. Exceção da verdade oposta em relação a quem goza de foro privilegiado .....	1047
4.2.3. Procedimento previsto para os crimes contra a propriedade imaterial.....	1048
4.2.3.1. Destinação dos bens apreendidos .....	1053
4.2.4. Procedimento para restauração de autos extraviados ou destruídos .....	1053
4.2.4.1. Restauração de autos de execução extraviados ou destruídos.....	1056

## CAPÍTULO 20

### PROCEDIMENTO RELATIVO AOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI

1. Fundamentação Constitucional.....	1057
2. Competência.....	1058
3. Plenitude de Defesa .....	1059
4. Da Acusação e da Instrução Preliminar.....	1061

4.1. Da absolvição sumária, da desclassificação, da impronúncia e da pronúncia .....	1065
4.1.1. Absolvição sumária .....	1065
4.1.2. Desclassificação.....	1068
4.1.3. Impronúncia .....	1071
4.1.4. Pronúncia .....	1072
4.1.4.1. Fundamentação da decisão de pronúncia .....	1072
4.1.4.2. Decretação de prisão preventiva .....	1077
4.1.4.3. Intimação da decisão de pronúncia.....	1078
4.1.4.4. Alteração da pronúncia em razão de circunstância superveniente...	1079
4.1.4.5. Despronúncia.....	1079
4.2. Da preparação do processo para julgamento em plenário .....	1079
4.3. Desaforamento .....	1081
4.4. Organização da pauta e designação do julgamento.....	1085
4.5. Dos jurados .....	1086
4.5.1. Alistamento.....	1086
4.5.2. Sorteio e convocação.....	1090
4.5.3. Exercício da função de jurado e modalidades de recusas previstas.....	1091
4.5.3.1. Prisão especial para quem tenha exercido função de jurado.....	1094
5. Composição do Tribunal do Júri e Julgamento em Plenário.....	1094
5.1. Verificações e providências iniciais.....	1095
5.2. Formação do Conselho de Sentença.....	1100
5.3. Instrução em plenário .....	1104
5.4. Debates .....	1110
5.4.1. Aparte.....	1116
5.5. Quesitos.....	1117
5.5.1. Formulação .....	1117
5.5.2. Votação.....	1118
5.5.2.1. Ordem de votação.....	1122
5.6. Sentença.....	1125
5.7. Ata dos trabalhos.....	1127
5.8. Execução provisória compulsória de condenação igual ou superior a 15 anos...	1128

## CAPÍTULO 21

### NULIDADES

1. Introdução.....	1129
2. Conceito.....	1130
3. Nulidade Absoluta e Nulidade Relativa.....	1130
4. Princípios Incidentes .....	1133
4.1. <i>Pas de nulité sans grief</i> .....	1133
4.2. Instrumentalidade das formas .....	1136



4.3. <i>Netio auditur propriam turpitudines allegans</i> .....	1137
4.4. Não se declara nulidade cujo reconhecimento só interessa à parte contrária .....	1138
4.5. Não se declara nulidade de ato irrelevante .....	1139
4.6. Princípio da causalidade .....	1139
4.7. Princípio da convalidação .....	1140
5. Nulidades Absolutas e Relativas: Hipóteses Previstas .....	1143
5.1. Advertências necessárias .....	1143
5.2. Hipóteses de nulidade absoluta .....	1143
5.2.1. Considerações destacadas .....	1146
5.2.1.1. Incompetência do juízo .....	1146
5.2.1.2. Ilegitimidade do representante da parte .....	1147
5.2.1.3. Omissões da denúncia ou queixa .....	1148
5.3. Hipóteses de nulidade relativa .....	1149
6. Momento Oportuno para Arguição de Nulidade .....	1150
6.1. Súmula 160 do Supremo Tribunal Federal .....	1151
7. Atos Irregulares e Atos Inexistentes .....	1152
8. Nulidade em Inquérito Policial .....	1154

## CAPÍTULO 22

### RECURSOS

1. Sobre o Inconformismo .....	1157
2. Fundamento Constitucional .....	1159
3. Conceito e Natureza Jurídica .....	1160
4. Generalidades .....	1161
5. Princípios .....	1161
5.1. Duplo grau de jurisdição .....	1161
5.2. Taxatividade .....	1162
5.3. Unirrecorribilidade .....	1163
5.4. Fungibilidade .....	1163
5.5. Dialeticidade .....	1165
5.6. <i>Non reformatio in pejus</i> .....	1165
5.7. <i>Reformatio in melius</i> .....	1167
5.8. Voluntariedade .....	1168
5.9. Disponibilidade .....	1168
6. Pressupostos .....	1170
7. Interposição e Processamento na Origem .....	1172
8. Efeitos .....	1174
9. Efeito Extensivo .....	1175
10. Deserção .....	1177
11. Recurso <i>Ex Officio</i> .....	1177

## 42 CURSO DE PROCESSO PENAL

12. Dos Recursos em Espécie .....	1179
12.1. Recurso em sentido estrito .....	1179
12.1.1. Cabimento.....	1180
12.1.1.1. Hipóteses de cabimento listadas no CPP .....	1182
12.1.2. Prazos.....	1188
12.1.3. Efeitos .....	1189
12.1.4. Interposição e processamento.....	1190
12.1.5. Endereçamento .....	1192
12.2. Apelação.....	1193
12.2.1. Legitimidade.....	1193
12.2.2. Cabimento.....	1195
12.2.3. Prazos de interposição .....	1199
12.2.4. Efeitos .....	1200
12.2.5. Processamento.....	1203
12.2.5.1. Juizados Especiais Criminais .....	1207
12.3. Correição parcial .....	1207
12.3.1. Processamento.....	1208
12.4. Embargos de declaração .....	1210
12.4.1. Prazos .....	1213
12.4.2. Efeitos .....	1213
12.4.3. Interposição e processamento.....	1214
12.4.4. Interrupção do prazo para outros recursos.....	1215
12.4.5. Prequestionamento por meio de embargos .....	1216
12.5. Embargos infringentes e embargos de nulidade.....	1217
12.5.1. Prazo, endereçamento e efeitos.....	1218
12.5.2. Processamento.....	1219
12.6. Embargos de divergência .....	1219
12.6.1. Regras dispostas no CPC/2015.....	1221
12.7. Carta testemunhável.....	1222
12.7.1. Legitimação.....	1223
12.7.2. Prazo.....	1223
12.7.3. Efeitos .....	1223
12.7.4. Processamento.....	1223
12.8. Recursos especial e extraordinário .....	1225
12.8.1. Recurso especial .....	1226
12.8.1.1. Cabimento .....	1226
12.8.1.2. Requisitos.....	1228
12.8.1.3. Prazo e endereçamento .....	1230

12.8.1.4. Efeito .....	1230
12.8.1.5. Interposição e processamento.....	1231
12.8.2. Recurso extraordinário.....	1231
12.8.2.1. Requisitos.....	1233
12.8.2.2. Prazo e endereçamento.....	1236
12.8.2.3. Efeito.....	1236
12.8.2.4. Interposição e processamento dos recursos especial e extraordinário .....	1236
12.9. Reclamação.....	1239
12.9.1. Processamento.....	1240
12.10. Recurso ordinário constitucional.....	1241
12.10.1. Prazos.....	1242
12.10.2. Processamento.....	1243
12.10.3. <i>Habeas corpus</i> como substitutivo do recurso ordinário constitucional .....	1243
12.11. Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário .....	1245
12.11.1. Esclarecimentos iniciais.....	1245
12.11.2. Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário.....	1245
12.11.2.1. Prazo.....	1246
12.11.2.2. Processamento.....	1246
12.12. Agravo regimental.....	1247
12.12.1. Prazo.....	1248
12.12.2. Processamento.....	1250
12.13. Agravo em execução .....	1251
12.13.1. Prazo e processamento.....	1251

## CAPÍTULO 23

### REVISÃO CRIMINAL

1. Introdução.....	1253
2. Conceito.....	1254
3. Prazo.....	1255
4. Efeitos .....	1255
5. Legitimação .....	1255
6. Cabimento.....	1257
6.1. Revisão de condenação imposta pelo Tribunal do Júri .....	1262
6.2. Revisão nos Juizados Especiais Criminais.....	1262
6.3. Revisão em sede de execução penal.....	1263
7. Competência para o Processo e Julgamento.....	1263
8. Procedimento .....	1264
9. Indenização por Erro Judiciário .....	1266

## CAPÍTULO 24

### *HABEAS CORPUS*

1. Introdução.....	1269
2. Natureza Jurídica.....	1270
3. Conceito.....	1271
4. Modalidades.....	1271
5. Cognição Limitada .....	1272
6. Cabimento.....	1273
6.1. Outras situações não listadas .....	1284
7. <i>Habeas Corpus</i> como Substitutivo de Recurso Adequado .....	1285
8. Restrições Constitucionais .....	1286
9. Legitimidade Ativa e Passiva .....	1286
9.1. Legitimidade ativa .....	1286
9.1.1. Pessoa jurídica como paciente.....	1288
9.1.2. Desnecessidade de advogado .....	1289
9.2. Legitimidade passiva.....	1289
10. Competência Jurisdicional .....	1290
10.1. Decisão proferida por turma recursal de Juizado Especial Criminal.....	1293
11. <i>Habeas Corpus</i> Sucessivos.....	1294
12. Petição Inicial da Ação .....	1297
13. Processamento.....	1298
13.1. No primeiro grau de jurisdição.....	1298
13.2. No segundo grau de jurisdição.....	1300

## CAPÍTULO 25

### REABILITAÇÃO

1. Introdução.....	1303
2. Alcance .....	1303
3. Requisitos.....	1304
4. Juízo Competente.....	1304
5. Procedimento .....	1305
6. Recurso.....	1305
7. Revogação da Reabilitação .....	1306
8. Direito ao Esquecimento. Extinção da Pena e Anotações sobre a Vida Pretérita.....	1306
9. O art. 202 da LEP e a Reabilitação .....	1307

## CAPÍTULO 26

### RELAÇÕES JURISDICIONAIS COM AUTORIDADES ESTRANGEIRAS

1. Introdução.....	1309
--------------------	------

2. Disposições Gerais.....	1309
3. Cartas Rogatórias.....	1310
4. Homologação de Sentença Estrangeira.....	1316

## CAPÍTULO 27

### DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Audiências e Sessões.....	1321
2. Publicidade dos Atos Processuais.....	1322
3. Comportamento perante o Juiz.....	1324
4. Polícia das Audiências.....	1324
5. Prática de Atos Processuais.....	1325
6. Prazos.....	1326
6.1. Classificação dos prazos.....	1329
7. Retirada de Autos do Cartório.....	1330
8. Custas Processuais.....	1331
9. Estatísticas Criminais.....	1333
<i>Referências</i> .....	1335